

## A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM

De Otávio César Augusto Como Propaganda Política:  
Uma Análise das *Res Gestae Divi Augusti* (Séc.I d.C)

LITIANE GUIMARÃES MOSCA\*

### RESUMO

Objetivamos neste artigo entender como a imagem pública de Otávio César Augusto, o “primeiro imperador romano”, foi construída e representada na narrativa de sua vida, nas *Res Gestae Divi Augusti*. Consideramos que a imagem pública do princeps é uma representação coletiva do mesmo na mente de seus contemporâneos, o presente trabalho visa analisar esse documento buscando apreender alguns dos elementos que o princeps utilizou no corpo do texto a fim de construir uma boa imagem de si e de seu governo. Nos propomos também a demonstrar como se é possível pensar este documento como um recurso de propaganda política.

**Palavras-chave:** Otávio César Augusto, imagem pública, propaganda política.

### ABSTRACT

This article aims to understand how the public image of Octavius Caesar Augustus, “first emperor of Rome”, was constructed and represented in the narrative of his life, in *Res Gestae Divi Augusti*. Considering this public image as a collective representation of it in the public mind, the present work aims to analyze the document, seeking to understand some of the elements that the princeps used in the text in order to build a good image of himself and his government. We propose also demonstrate how it is possible to consider this document as a political propaganda.

**Keywords:** Octavius Caesar Augustus, public image, political propaganda.

\*Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina e Especialista em História, arte e cultura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Trabalho elaborado sob a orientação do Prof. Dr. Julio Cesar Magalhães de Oliveira (Prof. de História Antiga da Universidade de São Paulo). Email: litianepr@hotmail.com.

## Introdução

Neste artigo, pretendemos entender como a imagem pública de Otávio César Augusto, primeiro imperador<sup>1</sup> romano, séculos I a.C.- I d.C., foi construída e representada na narrativa de sua vida, as *Res Gestae Divi Augusti*, texto elaborado pelo próprio *princeps*<sup>2</sup> e divulgado por toda Roma, após sua morte. Por “representação”, entendemos como sendo a ideia que é transmitida pela fonte, não somente aquela que está inerente ao seu conteúdo, mas também aquela que está implícita nela e que se pode inferir por meio de detalhes, como os agentes que as produziram ou o local no qual se encontra. Tendo como objetivo entender a construção e a representação da imagem do *princeps*, considerando que esta imagem é a representação coletiva do mesmo na mente do público, o trabalho visa analisar as *Res Gestae Divi Augusti* como um recurso de propagação da época, partindo do conceito de propaganda política, ferramenta importantíssima para todo governante. Neste aspecto, Gonçalves cita Claude Lefort, que argumenta:

[...] o poder pode ser associado à imagem do príncipe, do governante, do guerreiro, do padre ou do mágico. Em todos os casos, o caráter do poder está ligado ao da obediência, e a própria obediência implica um certo modo de crença. O exercício do poder depende sempre do conflito político e esse último atesta e entretém o conflito de interesses, de crenças e de opiniões na sociedade. Por isso, é importante o governante poder contar com uma ferramenta política como a propaganda, através da qual ele e seu grupo de apoio podem comunicar as informações que lhes interessam e buscar construir um mínimo de consenso mediante o imaginário e a imagética.<sup>3</sup>

O termo *propaganda*, como é entendido hoje, aparece pela primeira vez em 1622, utilizado pelo Papa Gregório XV na *Sacra Congregatio de Propaganda*, que intencionava, por meio desta, a divulgação de informações, na intenção de formar um consenso. A partir do mundo moderno, a noção de propaganda ficou ligada à formação de um mercado de consumo para o que era fabricado. Nesse sentido, eram propagandeadas as virtudes, assim como mentiras, a respeito dos produtos, com o objetivo de vendê-los, atrelando, deste modo, o termo à sociedade de consumo. Mas, conforme afirma a historiadora Gonçalves<sup>4</sup>, pode-se e deve-se usar o termo em outros contextos, desvinculado desta concepção mais moderna. É neste sentido que aplicamos o termo na presente análise do contexto imperial romano. Concordando com a autora, entenderemos “propaganda” como a construção e a difusão sistemática, por meio de diferentes suportes disponíveis, de mensagens destinadas a um público difuso, composto de vários grupos sociais, que visavam criar uma imagem positiva de determinados fenômenos, assim como do próprio imperador, e estimular certos comportamentos relacionados à adesão dos súditos ao governante.

Ressaltamos que nossa fonte, as *Res Gestae Divi Augusti*, é textual e também arqueológica, pois esta narrativa foi exposta em formato de inscrições, em vários locais do território romano. Considerando este fator, nosso trabalho se insere nas discussões

1 *Imperator*, ou seja, “imperador”, em Roma era um título conquistado por generais militares. Com o início do Principado e o fim das guerras civis, o título se restringe ao *princeps*, que torna-se o general do exército romano.

2 *Princeps* significava “o primeiro dos cidadãos”. Funari afirma que “Otávio Augusto manteve, na aparência, o regime republicano e, de fato, o estado continuou a chamar-se de *res publica*, mas passou a dominar o Príncipe do Senado, conhecido também como general do exército (*imperator*, de onde deriva nosso conceito moderno de Império). Um princípio do direito romano, “o que agrada ao Príncipe (= imperador), tem força de lei” (*quod principi placuit legis habet vigorem*) viria a caracterizar, de certa maneira, os limites dos direitos civis romanos, pois o agrado do imperador passava a ser um parâmetro jurídico”. (FUNARI, Pedro. “A cidadania entre os romanos”. In: PINSKI, J.; PINSKY, C.B.(org). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

3 GONÇALVES, A T. M. “Poder e propaganda no período Severiano: A construção da imagem imperial”. *Revista Politeia: História e Sociologia*, Vitória da Conquista – BA, v. 1, n. 1, 2001, p.54.

4 *Idem*, p.4.

---

---

recentes sobre a necessidade que têm os Historiadores e os Arqueólogos de levarem em consideração as complexas relações existentes entre textos e artefatos nas sociedades históricas. Muitos autores, sobretudo no âmbito da Arqueologia Histórica, têm enfatizado como a disciplina arqueológica não deve ser vista como mera serva da História e que a cultura material pode não apenas complementar as informações textuais, mas também fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo confrontar-se com fontes escritas<sup>5</sup>.

Em nossa concepção, a maior contribuição advinda desse diálogo reside no fato de permitir ao pesquisador ultrapassar “os quadros estritos da historiografia assentada nas fontes escritas, cujo viés de classe constitui sua própria essência”, uma vez que “a cultura material pode tratar de temas simplesmente ausentes ou ignorados pela documentação”<sup>6</sup>. No caso específico deste trabalho, nossa análise não apenas se baseia no uso de fontes disponibilizadas pela Arqueologia, como a inscrição gravada em um templo, mas também implica num esforço de buscar compreender as informações que podem ser obtidas quando se leva em conta tanto a materialidade dessas fontes como seu contexto arqueológico específico.

Partimos da concepção proposta por Funari<sup>7</sup>, segundo a qual todos os documentos, escritos ou não, devem ser encarados como discursos que possuem, necessariamente, autoria e público e que têm sempre estruturas superficiais e profundas. Nesse sentido, ao analisarmos nosso documento, procuraremos compreender a autoria e o público a que se destinava suas estruturas superficiais, que correspondem à sequência explícita de seus elementos constitutivos, mas também suas estruturas profundas, que se ligam aos interesses e objetivos do autor e do público. Sabemos que a reconstrução desses objetivos e interesses é necessariamente subjetiva, mas é a partir dessa análise que esperamos poder compreender os recursos de propaganda que permitiram a Otávio Augusto construir sua imagem pessoal e consolidar o novo regime.

### **Análise das *Res Gestae Divi Augusti*: Uma fonte textual e arqueológica**

Partimos da constatação de que na biografia de Augusto, em “A vida do Divino Augusto”, parte da obra escrita por Suetônio (69 d.C.-141 d.C) em “A vida dos doze Césares”, há duas imagens distintas do princeps, caracterizado de início como um homem rude, vingativo e intragável, mas que se reveste pouco a pouco de uma imagem branda e benevolente ao longo de sua ascensão ao poder em Roma. Analisando as *Res Gestae Divi Augusti*, isto é os *Feitos do Divino Augusto*, escrito por Augusto, pretendemos fazer uma reflexão, procurando compreender as razões e os meios pelos quais essa imagem pública do príncipe foi construída e propagada.

No último capítulo da obra “A vida do Divino Augusto”, Suetônio narra que depois da morte do *princeps* Augusto, foram lidos no Senado seu testamento e outros três documentos escritos pelo próprio governante. Desses três, o primeiro continha algumas ordens do falecido em relação ao seu enterro, o segundo fornecia dados que Augusto se preocupou em deixar por escrito em relação a todo o seu Império, e por fim, o terceiro, de acordo com Suetônio, deixava “[...] a relação de seus feitos, que gostaria de ver registrados em placas de bronze afixadas junto a seu mausoléu” (Suetônio, *Aug.* Cl)<sup>8</sup>. É este o documento que conhecemos como as “*Res Gestae Divi Augusti*”. Traduzindo para o português, a expressão “*Res Gestae*” significa os atos, as realizações, as conquistas, ou seja, “Os feitos do Divino Augusto”, e esta é a fonte analisada neste artigo.

5 FUNARI, Pedro P. *Arqueologia e patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007, p.27-28.

6 *Idem*, p. 29.

7 \_\_\_\_\_. *Antiguidade Clássica, a História e a cultura a partir dos documentos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p.27-28.

8 SUTÔNIO, “A Vida do Divino Augusto”. In: AUGUSTO e SUTÔNIO. *A vida e os feitos do Divino Augusto*. Tradução de Mateus Trevisan, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

O gênero literário dessa obra, segundo a historiadora Corassin<sup>9</sup>, é muito discutido até os nossos dias e muitas são as expressões utilizadas para designar essa fonte. Termos como “testamento político”, “relatório de administração”, “epitáfio”, “autobiografia” e “elogio triunfal”, segundo a autora, são algumas das denominações muito utilizadas pelos pesquisadores. Apesar de não ser o nosso objetivo determinar a natureza do gênero das *Res Gestae*, julgamos que seja a expressão “autobiografia política” a mais apropriada para denominar esse documento, termo esse usado por Crossan e Reed<sup>10</sup>, pois acreditamos que este termo resume o que constitui a essência deste texto: uma biografia da vida política escrita pelo próprio biografado.

Felizmente, para os pesquisadores atuais deste período (fins do século I a. C.- inícios do século I d. C.), o desejo de Augusto foi atendido, sendo o documento exposto em Roma junto ao seu mausoléu, da maneira como ansiava, sob a forma de inscrição em placas de bronze. Entretanto, deste exemplar nada restou para os nossos dias. Os pesquisadores tiveram acesso a essa fonte apenas quando foram encontradas as primeiras cópias desta inscrição, em lugares diferenciados no interior do vasto Império romano. A primeira cópia foi encontrada no século XVI, e está localizada em Ancira, Ásia Menor (atual Ancara), num lugar conhecido como *Monumentum Ancyranum*. Nessa inscrição, apresenta-se tanto o texto em latim quanto em grego e a confirmação de que realmente trata-se de uma cópia, está no título do texto latino: *in duabus ahenis pilis quae sunt Romae positae* – “que estão em Roma, colocadas em duas placas cor de cobre”. Este texto em Ancira encontra-se nas paredes do templo dedicado à deusa Roma e Augusto. Outras cópias também foram encontradas em Apolônia e em Antioquia com fragmentos do texto em latim. No entanto, somente com a inscrição encontrada em Ancira é que foi possível reconstituir o texto das *Res Gestae* por inteiro, com precisão, principalmente pelas lacunas dos textos grego e latino que não coincidiam, embora, para isso, também fosse útil consultar os demais fragmentos do documento encontrados nas outras cidades<sup>11</sup>.

O que faz esse documento ser de extrema importância para os estudos sobre o contexto de Augusto está no fato de se tratar de um texto escrito pelo próprio *princeps*, algo que nos proporciona um contato direto com esse governante, demonstrando a imagem pessoal e de governo que ele intencionava transmitir para o futuro. Corassin<sup>12</sup> ressalta a afirmação de Jean Gagé, que as *Res Gestae* são “um registro apologético destinado a perpetuar uma imagem ideal de Augusto e sua obra [...]. A história que elas escrevem é aquela que o autor desejava impor à posteridade”. Porém, mais do que apenas ver essa obra como um registro da forma como Augusto gostaria de ser visto, ou seja, pensar a “imagem” de si mesmo que o governante constrói em sua vida política e que deixa evidenciado neste documento, como faz a autora citada, acreditamos que as *Res Gestae* são também uma fonte para a compreensão da “propaganda” imperial realizada por Augusto e por seus sucessores, como abordaremos no decorrer deste artigo. Outro fator que faz com que essa fonte seja imprescindível, é que se trata da única fonte oficial escrita que restou do período de Augusto que relata com tanta riqueza de informações o que foi seu governo. O mais próximo disso temos somente o texto de Suetônio, escrito um século após a morte de Augusto.

É importante ressaltar que a análise das *Res Gestae* não pode se restringir ao seu conteúdo textual. Além de decifrar as intencionalidades do autor, é preciso também levar em consideração o texto em seu contexto de apresentação, uma vez que se

---

9 CORASSIN, M. L. “Comentário sobre as Res Gestae Divi Augusti”. *Revista de História da USP*, São Paulo, v. 151, 2004, p.184.

10 CROSSAN, John D., REED, Jonathan L. *Em Busca de Paulo*. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: Paulinas, 2007, p.75.

11 CORASSIN, *op.cit.*, p.151.

12 *Idem*, p.185.

---

---

tratava de uma inscrição exposta tanto em Roma como em diversas outras províncias para que todos, das mais diversas classes sociais, pudessem ter contato com tal escrito.

O texto das *Res Gestae* publicado em Ancira encontra-se gravado em paredes, sob a forma de duas grandes inscrições, uma grega e outra latina. Segundo Cooley<sup>13</sup>, a versão latina localiza-se no interior do templo de Roma e Augusto e está dividida em duas partes, cada uma gravada em três colunas de 1,17 metro de largura. Cada coluna contém de 43 a 54 linhas de texto, sendo o título gravado acima do corpo do texto, nas três primeiras colunas, em letras maiores. O texto grego, no entanto, foi gravado na parte externa do templo, possuindo uma dimensão em tamanho muito maior que a versão latina, contemplando 20,5 metros de largura em seu total. A tradução grega foi exposta em uma única parede e foi composta de 17 colunas, sendo cada uma de 95 cm de largura com 20 a 25 linhas de texto.

Tendo em vista esses aspectos, podemos supor que o texto grego é gravado em dimensão maior e está localizada ao sul, onde a visibilidade é muito melhor, com o objetivo de ser possível um maior contato da inscrição parietal com a população local, principalmente por estar na faixa externa do templo, visível a qualquer pessoa que por ali passasse. O fato de ter sido esculpido em grego, língua de comunicação universal nesta região, era também primordial, pois possibilitava a leitura e o entendimento do mesmo por um grande número de pessoas. Sobre esse “entendimento” do documento gravado, é válido ressaltar o que declara Gonçalves sobre o acesso das classes subalternas à cultura escrita:

“(…) a capacidade de ler, escrever e contar não dependia, necessariamente, de uma formação escolar, pois existiam, por exemplo, os circuladores, os organizadores de círculos de ouvintes ao redor de um organizador, cuja função consistia em cantar ou ler poesias, trechos de livros, atuando como leitor dramático. Os membros dos setores mais pobres da população não estavam, assim, condenados ao analfabetismo nem à ignorância<sup>14</sup>.”

Ainda neste aspecto, Funari afirma que no mundo romano havia diversos níveis e gradações de instrução e que a educação não se restringia apenas à elite: “O aprendizado destes *humiles* não passava pelos mesmos trâmites, diferenciava-se da erudição escolar, mas não deixava de permitir que, por meio também da escrita, esses populares pudessem participar ativamente da vida social, toda ela dependente das letras<sup>15</sup>”. Essa afirmação nos dá respaldo para acreditar que a exposição dessa inscrição imperial não era em vão, pois a população tinha recursos para saber do que se tratava seu conteúdo e, até mesmo, formular opiniões a respeito.

O fato de as *Res Gestae* terem sido expostas não apenas no mausoléu de Augusto, como é declarado por Suetônio, mas também nos templos espalhados por todo o Império, nas províncias, deve ser levado em consideração. Como sabemos, esses templos romanos eram locais de culto ao Imperador e à Roma divinizada<sup>16</sup>. Daí a importância e, até mesmo, o caráter sagrado que esse escrito podia ter para a população, exposto no interior e no exterior de um templo, como em Ancira. Além de seu caráter religioso, o monumento em si, a construção, tinha um valor significativo, pois eram prédios muito imponentes que se destacavam na

---

13 COOLEY, Alison E. *Res Gestae Divi Augusti: Text, Translation, and Commentary*. Cambridge University Press, 2007, p.3.

14 GONÇALVES, A. T. M. “Prefácio”. In: OMENA, Luciane Munhoz. *Pequenos Poderes na Roma Imperial*. Vitória: Flor & cultura, 2009, p.10.

15 FUNARI, Pedro P. A. “Algumas contribuições da arqueologia para o conhecimento da instrução no mundo romano”. Publicado em *Phaos: IEL-UNICAMP*, 1, 2001, p.111.

16 ZANKER, P. Augusto y el poder de las imágenes. Tradução de Pablo Diener. Madri: Alianza Editorial, 1992, p.343-363.

paisagem urbana. Segundo Crossan e Reed, o templo de Roma e Augusto em Ancira começou a ser construído ainda no governo de Augusto e foi terminado sob Tibério, em 20 d.C.; foi feito de mármore (caríssimo material) e era o monumento mais visível da cidade por seu tamanho significativo. O templo em Antioquia da Pisídia foi construído no ponto mais alto da cidade e podia ser visto de longe<sup>17</sup>. Devemos também ressaltar que o templo, principalmente nas províncias, era além de tudo um local de afirmação do poder do Imperador<sup>18</sup>.

Corassin<sup>19</sup> afirma que na obra aqui estudada de Augusto, a *respublica* e o *populus Romanus* são mencionados como os destinatários finais de toda a atividade do governante, mas que é o próprio Augusto quem se destaca em todo o texto. Neste aspecto, Corassin, concordando com Gagé<sup>20</sup>, acredita que o texto é destinado mesmo à plebe de Roma devido ao destaque que lhe é dado no decorrer do texto, como se pode ver nas muitas distribuições de trigo, dinheiro ou os espetáculos oferecidos aos plebeus pelo Imperador. Esse ponto de vista, em nossa opinião, deve ser problematizado, pois quando pensamos nos locais em que a inscrição foi encontrada, como abordei anteriormente, percebemos que não se trata apenas da plebe de Roma, mas também dos provinciais, dos conquistados, e tanto dos pobres como dos ricos. A plebe pode, enfim, ser um dos destinatários, mas não é o único. Gagé e Corassin fizeram uma reflexão partindo apenas do “texto” das *Res Gestae*, mas outras interpretações são possíveis quando compreendemos essa fonte como uma “inscrição” inserida em um local e contexto particular.

Como podemos perceber no final do último parágrafo das *Res Gestae* (35)<sup>21</sup>, Augusto declara que escreveu esse documento quando tinha 76 anos de idade, o que pode remeter ao ano de 13 d.C., pouco antes de falecer em 14 d.C. Corassin, entretanto, acredita que isso seja difícil de ter acontecido. Para a autora, Augusto não teria aguardado uma idade tão avançada para redigir essa obra de uma única vez. Ao contrário, deve ter trabalhado nela muitas vezes “(...) com adições sucessivas a partir de um esboço inicial, na elaboração de um documento ao qual sem dúvida dava grande importância. Não deve ter sido a obra improvisada de extrema velhice de Augusto, mas um trabalho refletido de sua maturidade”<sup>22</sup>.

O texto é constituído de um título, que serve como uma pequena introdução ao documento, de 35 parágrafos ou capítulos e, ao final do texto, de mais 4 fragmentos de um apêndice, que sintetizam todo o documento.

Do capítulo 1 ao 14, Augusto enumera os títulos e cargos conferidos a ele pelo Senado e pelo povo romano, além dos serviços pelos quais ele foi agraciado na sua carreira e dos inúmeros cargos e privilégios que recusou. Do capítulo 15 ao 24, o Imperador relata as despesas em favor do Estado e do povo, as doações aos soldados e à plebe, os espetáculos que ofereceu ao povo, as obras públicas que realizou. O texto tem o cuidado de salientar que foram feitas algumas doações à custa do próprio Augusto. Do capítulo 25 ao 33, Augusto descreve seus feitos militares e de como estabeleceu alianças com outras nações durante o seu reinado. Do capítulo 34 ao 35 ressalta a aprovação por parte do Senado e do povo em relação ao seu governo, suas ações e seus dois títulos recebidos: “Augusto” e “Pai da Pátria”.

Para fazer a análise das *Res Gestae*, partiremos da concepção de propaganda política, pois entendemos que esta inscrição é uma obra de propaganda concebida pelo imperador.

---

17 CROSSAN & REED, *op.cit.*, p.188.

18 ZANKER, *op.cit.*, p.345.

19 CORASSIN, *op.cit.*, p.181-199.

20 *Idem*, p.184.

21 AUGUSTO, “Res Gestae”. IN: AUGUSTO e SUETÔNIO. *A vida e os feitos do Divino Augusto*. Tradução de Mateus Trevisan, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

22 CORASSIN, *op.cit.*, p.183.

---

---

Essa hipótese de uma construção deliberada de uma imagem pública de Augusto com fins propagandísticos é reforçada pelo que nos diz Suetônio em sua biografia do 'Divino Augusto'. Suetônio representa a trajetória de Augusto a partir de duas imagens públicas bastante distintas. A primeira imagem se refere ao jovem Otávio até sua vitória sobre Marco Antônio, quando ainda era apenas um dos generais em disputa na guerra civil que se seguiu ao assassinato de César. Até então, Otávio é caracterizado como "um homem rude", o único dos partidários de César, segundo Suetônio, que "lutou fortemente para que não se poupasse a ninguém" e que "proscreeu, além de seu próprio tutor C. Torânio, até mesmo um colega de seu pai, Otávio [...]" (SUETÔNIO, *Vida do Divino Augusto*, XXVII)<sup>23</sup>.

Ao jovem Otávio, Suetônio (*Vida do Divino Augusto*, XXVII) também atribui outros atos de crueldade, como os praticados durante seu triunvirato:

"Certa vez, enquanto discursava junto aos soldados, tendo-se permitido a aproximação de um grupo de civis, notou que Pinário, um cavaleiro romano, anotava algo e, persuadido de que fosse um bisbilhoteiro ou espião, mandou o trespassassem em sua presença; aterrorizou com tamanhas ameaças a Tédio Afro [...]; suspeitou que o pretor Q. Gálio, conservando durante a homenagem da saudação um par de tabuinhas ocultas pela veste, ocultasse um punhal. [...] pouco depois, submeteu à tortura o homem [...]. Como ele nada confessasse, mandou que o matassem, tendo-lhe primeiramente arrancado os olhos usando suas mãos<sup>24</sup>."

Como é visível nesses dois fragmentos da obra de Suetônio, podemos observar que a primeira imagem de Otávio era bastante violenta, caracterizada com adjetivos como "excitado de ódio", "cruel", "alguém que não quis poupar ninguém". No entanto, no decorrer da biografia, Suetônio pouco a pouco indica uma transformação da personalidade do biografado, que, desde a vitória em Ácio, é dotado de uma segunda imagem, completamente distinta da primeira. Otávio, agora chamado de Augusto, passa a ser tido como um soberano brando e clemente, como relata Suetônio: "Há numerosas provas claras de sua clemência e afabilidade." (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, L)<sup>25</sup>; "Por tais méritos, é fácil estimar até que ponto foi amado." (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, LVII)<sup>26</sup>.

Para ascender ao poder em Roma, Otávio sabia e compreendia que devia construir uma boa imagem, como qualquer homem público que pleiteava um cargo de importância. Tradicionalmente, essa imagem poderia ser fundamentada no prestígio pessoal, na reputação política ou na experiência militar. Porém, nesse aspecto, Otávio se encontrava em uma situação um tanto quanto desfavorável, pois, como indica Alberto:

"No campo da vida pública, Octaviano não tinha qualquer experiência, estatuto ou prestígio: era, de resto, muito jovem para tal. E apesar das pretensões literárias, ele não gozara tão pouco de qualquer experiência forense. Além disso, a sua figura era, no mínimo, segundo Suetônio, fraquíssima: de baixa estatura, de constituição débil, de saúde frágil (ficaram célebres as suas doenças sucessivas e persistentes), não se podia impor pelo porte nem pelos seus dotes de orador e condutor de multidões. No plano militar, também não se distinguiu particularmente. Na batalha do primeiro dia em Filipos, que ele passou doente no acampamento, terá fugido antes de este ser tomado por Bruto, como até Mecenas e Agripa, os seus dois mais fiéis companheiros, confessavam (se bem que tivesse feito constar que saíra por ter sido avisado num sonho pelo seu médico favorito); em Ácio, ficou em terra; em certa ocasião durante a guerra na Sicília contra

---

23 SUETÔNIO, "A vida do Divino Augusto". IN: AUGUSTO e SUETÔNIO. *A vida e os feitos do Divino Augusto*. Tradução de Mateus Trevisan, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

24 *Idem*.

25 *Idem*.

26 *Idem*.

Sexto Pompeio, Octaviano terá adormecido profundamente mesmo quando a batalha estava a começar, de tal forma que os companheiros tiveram de o acordar para iniciar o confronto, o que forneceu abundante matéria de chacota à propaganda dos adversários políticos. Tudo ao contrário, por exemplo, do seu mais importante rival, Marco Antonio.<sup>27</sup>

Nesse sentido, Otávio teve de construir uma imagem pública de uma maneira distinta da tradicional por não possuir os atributos “normais” que se esperava de um líder. Também devemos colocar em pauta o contexto vivenciado por Otávio em seus primeiros anos de luta pelo poder em Roma. Naquele período, o cenário político era confuso, em meio a uma guerra civil que perdurava por anos e a uma população desacreditada. O temor geral da emergência de um líder tirano também era fator de preocupação para o jovem Otávio. Disso tudo se segue que a configuração de uma boa imagem, que passasse confiança para seus contemporâneos, era sem dúvida algo muito importante para assegurar a legitimidade de seu poder. Nesse sentido, as *Res Gestae* tornam-se uma fonte primordial de análise, se queremos compreender como essa imagem foi construída e propagada.

O texto das *Res Gestae* inicia-se com uma narrativa em primeira pessoa pela qual Augusto relata as condições de sua ascensão ao poder e de sua vitória sobre seu inimigo pessoal, que apesar de não ser jamais mencionado nominalmente, sabemos tratar-se de Marco Antônio:

“Aos dezenove anos, formei um exército por minha iniciativa e às minhas custas. Com ele restituí à liberdade a república oprimida pelo domínio de uma facção. Por isso, o Senado admitiu-me à sua ordem com decretos honoríficos, ao mesmo tempo cedendo-me, no consulado de C. Pansa e A. Hirsio, a prerrogativa de sentenciar, a mesma dos cônsules, e entregou-me o poder. Ordenou ainda que, sendo eu pró-pretor, juntamente com os cônsules providenciasse para que a república não sofresse qualquer desgaste. O povo, no mesmo ano, fez-me cônsul, já que os dois cônsules haviam tombado numa guerra. Fez-me também triúmviro com a incumbência de que a república houvesse de se consolidar. (*Res Gestae*, I)”<sup>28</sup>

Nesse parágrafo podemos perceber dois aspectos importantíssimos para uma boa imagem de Otávio. O primeiro se refere à rivalidade com Marco Antônio, que nem mesmo foi digno de ter seu nome citado pelo autor por considerá-lo não apenas seu inimigo, mas também inimigo de Roma. Em oposição a seu adversário, Augusto se apresenta aqui como um libertador. O segundo aspecto se refere à forma com que Otávio se inicia na carreira política. Ele a apresenta como um esforço pessoal em benefício de todos e não apenas de uma facção, o que lhe garante a gratidão do Senado que, por conseguinte, lhe “dá” o poder. Sabemos que isso deve ser problematizado já que na verdade Otávio percorre uma trajetória de batalhas até permanecer como único *imperator* sobrevivente das guerras civis. Nesse mesmo aspecto outro fragmento, do capítulo XXIV das *Res Gestae*, merece atenção:

“Em meu sexto e sétimo consulados, depois de extinguir as guerras civis e por consenso de todos, senhor de tudo, passei a república de meu poder para o arbitrio do senado e do povo romano. Por esse mérito pessoal fui chamado de “Augusto” por decreto do senado; os umbrais de minha casa foram publicamente cobertos com louros, uma coroa cívica foi afixada acima de minha porta e um escudo de ouro foi posto na cúria Júlia. Atestava a inscrição do escudo que o senado e o povo romano o davam a mim pelo valor, pela clemência, pela justiça e pelo senso do dever. Depois disso, vi-me à frente de todos pela autoridade, mas nenhum poder

---

27 ALBERTO, P. F. “O simbólico na construção da imagem e do programa ideológico de Augusto: os mitos da fundação da Cidade”. *Ágora: Estudos Clássicos em Debate*, Aveiro (Portugal), v. 6, 2004, p.4.

28 AUGUSTO, “*Res Gestae*”. IN: AUGUSTO e SUETÔNIO. *A vida e os feitos do Divino Augusto*. Tradução de Mateus Trevisan, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.



Nessa passagem, Otávio se refere ao o dia em que devolveu ao Senado e ao povo o poder que lhe havia sido concedido até o término da Guerra Civil, num ato que se apresenta como uma demonstração de dever cumprido e sem interesses políticos. No entanto, podemos nos questionar se depois de tantos desgastes físicos, emocionais e materiais, depois de ter reunido um exército para si e pago por ele, depois de ter conseguido se ascender na carreira política em nome de seu falecido pai adotivo, Júlio César, e ter se destacado, será que Otávio Augusto devolveria o poder se não estivesse consciente de que este não seria aceito? Afinal, ele sabia muito bem da enorme satisfação do povo e do senado pelo fim da Guerra Civil e tinha plena convicção do que isso significava para todos naquele momento. Nesse sentido, Paul Zanker<sup>30</sup> analisa que no ano de 29 a. C., todo o poder se concentrava nas mãos de Otávio e ele deveria então indicar como continuaria. Ou seja, como ele havia preservado o Estado da extinção, ele deveria agora demonstrar como iria restabelecê-lo. O autor nota que ninguém naquele momento poderia imaginar que o vencedor devolveria o poder aos senadores, mas, a situação era muito mais complexa: tratava-se de encontrar formas para que este regime centrado no poder do príncipe fosse aceito principalmente pela nobreza. Portanto, o que houve, na perspectiva de Zanker, foi uma “manobra” política.

É válido também ressaltarmos desse último fragmento das *Res Gestae* como o título “Augusto” é enaltecido. Este título, *Augustus*, foi a maior homenagem recebida por Otávio. Zanker lembra que este título tinha um amplo campo semântico que dava ao homenageado adjetivos como “nobre”, “venerado” e “sagrado”. O termo estava associado à palavra *augere*, que significava aumentar, engrandecer. Nesse sentido, a imagem a respeito deste jovem governante que então ascende ao poder em Roma se configura com um novo aspecto: “O título foi uma escolha genial; e durante a restituição do Estado, criou-se em torno de Augusto uma aura de personalidade única e sublime [...]”<sup>31</sup>. Otávio Augusto desejava ser lembrado com tais características, mesmo após sua morte, e, para isso, nada mais sutil do que enfatizar esse título, neste documento tão importante.

Ao longo dos trinta e cinco capítulos das *Res Gestae*<sup>32</sup>, Augusto enfatiza o fato de ter sido o primeiro e o único a realizar diversas ações em favor de Roma e do povo romano. É assim que ele diz ter reunido um público tão numeroso em um comício que “jamais” havia sido visto, como é descrito no capítulo X do documento. No capítulo XI, afirma que por decisão do Senado foi mandada a seu encontro na Campânia uma honra que a ninguém exceto a ele teria sido decretada. No capítulo XVI declara que liberou recursos aos municípios pelas terras destinadas aos soldados e enfatiza que o primeiro e único a fazer isso; no XXXI assegura que lhe foram mandadas embaixadas dos reis da Índia “jamais antes vistas perante chefe romano algum”. Nesse sentido, podemos entender essas menções como um esforço por parte de Augusto em realçar a diferença positiva que seu governo significou para Roma e para os romanos, o que sem dúvida contribuiria para uma boa imagem sua como Imperador.

Na análise do documento é possível notar o quanto Augusto fez questão de enfatizar o fato de ter sido aceito de forma unânime, como um governante legítimo tanto

---

29 *Idem*.

30 ZANKER, *op.cit.*, p.115-116.

31 Texto original: “El nombre fue una elección genial; ya durante la restitución del Estado, creaba em torno a Augustus una aura de personalidad única y sublime [...]”. ZANKER, *op.cit.*, p.124.

32 AUGUSTO, “Res Gestae”. IN: AUGUSTO e SUETÔNIO. *A vida e os feitos do Divino Augusto*. Tradução de Mateus Trevisan, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

pelo povo como pelo Senado: isso é possível de ser notado no já citado capítulo X, quando declara que reuniu um número tão numeroso de pessoas como se jamais havia ocorrido; também quando relata as inúmeras honras que lhe foram prestadas tanto pelo povo como pelo senado, sendo algumas destas, como já nos referimos, jamais prestadas a qualquer pessoa, e os votos que foram feitos por sua saúde decretado pelo senado (IX, X, XI, XII, XIV), e principalmente quando declara que: “A Itália inteira fez, espontaneamente, um juramento de lealdade a mim e exigiu-me comandante da guerra que venci no Ácio” (XXV).

O que o torna merecedor desta aceitação “generalizada” pode ser percebido por vários fatores os quais são esclarecidos no decorrer do texto: além de vencer Marco Antônio que ameaçava a liberdade da República, ele é o herdeiro legítimo de Júlio César e vingador de seus assassinos (I e II); de forma geral é condescendente com os povos anexados ao Império (XXI, XXXII, XXXIII); dá à plebe muitas doações, o “pão” e os espetáculos o que indica por meio do documento, uma preocupação do imperador para com o povo romano, ajudando-o inclusive em momentos de crise (XV, XVIII, XXII, XXIII); transformou Roma em um canteiro de obras (XIX, XX, XXI); dá o exemplo a ser imitado nos parâmetros ancestrais que reintroduziu durante seu governo (VIII); e trouxe a tão sonhada paz para Roma comprovada pelo templo de Jano Quirino que foi fechado por três vezes em seu principado (XIII). O conteúdo textual das *Res Gestae* parece, portanto, sugerir um interesse do próprio Augusto em fazer uma propaganda de suas ações, divulgando uma imagem construída do “bom governante” para legitimar seu poder como algo que lhe foi “dado” por seus méritos e por sua dedicação para com Roma e o povo romano.

Porém, se analisarmos as *Res Gestae* como uma inscrição em seu contexto de origem, podemos formular algumas hipóteses. Como já dissemos anteriormente, depois dos 35 capítulos escritos por Augusto, há 4 fragmentos que formam um apêndice e que sintetizam todo o conteúdo encontrado no corpo do texto. Esses fragmentos, assim como o título que se encontra em destaque na inscrição, são escritos em 3ª pessoa, o que nos leva a pensar que não foram escritos por Augusto. Segundo os estudos arqueológicos, a inscrição encontrada em Ancira é datada da época de Tibério, enteado e sucessor de Augusto, e é provável que tenha sido esse imperador o responsável por mandar que fosse exposta tal inscrição em todos os templos de Roma e Augusto no Império<sup>33</sup>. Nesse sentido, devemos nos questionar qual a finalidade de Tibério em distribuir essa inscrição em todos os templos de Roma e Augusto, locais de afirmação do poder do Imperador.

Tibério, assim como o próprio Augusto e qualquer outro governante, tinha um projeto político pessoal de afirmação e legitimação do poder, mas deve-se ressaltar que, além disso, também tinha a preocupação de um projeto de sucessão imperial. Esta preocupação com a sucessão de poder também foi compartilhada por Augusto que, por ironia do destino, não teve nenhum filho homem e seus dois netos morreram. Na verdade, Augusto não teve outra opção a não ser apresentar Tibério, seu enteado, como seu sucessor. É por isso que a exposição das *Res Gestae* foi um item fundamental de propaganda imperial utilizado por Tibério para que esse objetivo fosse contemplado e legitimado, já que pela primeira vez um príncipes romano teve de ser sucedido, atingindo as mais diversas classes sociais. Podemos imaginar o impacto visual e ideológico que foi para a população ter esse escrito esculpido no templo. Talvez tenha sido concebido como um presente, ou como uma carta do falecido imperador ao povo, como declaram Crossan e Reed<sup>34</sup>. Esse projeto de sucessão tem respaldo nas próprias *Res Gestae* quando Augusto enfatiza por duas vezes o nome de Tibério (XXVII-XXX)<sup>35</sup> como um excelente general, autor de várias conquistas territoriais, o que parece

33 CROSSAN & REED, *op.cit.*, p.189.

34 *Idem.*, p.171.

35 AUGUSTO. “Res Gestae”. IN: AUGUSTO e SUETÔNIO. A vida e os feitos do Divino Augusto. Tradução de Ma-

---

---

demonstrar uma preocupação do próprio Augusto em aplainar o caminho para sua sucessão.

Podemos sugerir também que Tibério objetivava com a exposição das *Res Gestae* propagar a imagem que Augusto construiu e expôs de sua pessoa e de seu governo ao longo do documento, pois assim estaria divulgando a “imagem do governante ideal”, ou seja, uma “imagem modelo”. Dessa forma, mais do que a imagem de um indivíduo, estava sendo criada uma imagem institucional, o que dava às *Res Gestae* um caráter de guia para que os sucessores de Augusto pudessem seguir, legitimando o regime do Principado e afirmando a dinastia familiar que Augusto deixou estabelecida quando nomeou Tibério, seu enteado, como seu sucessor.

## Conclusão

Este trabalho partiu da hipótese de que houve uma construção deliberada por parte de Otávio Augusto de uma imagem pública de si com fins propagandísticos. Nesse sentido, buscamos compreender, a partir da análise textual e arqueológica das *Res Gestae*, como esta imagem foi construída e propagada. Como vimos, Augusto, em sua autobiografia política, se apresentava como “libertador” de Roma em oposição a seu rival Marco Antônio e se referia à forma com que havia iniciado a carreira política como um esforço pessoal em benefício de todos e não apenas em favor de uma facção, o que lhe havia garantido a gratidão do senado e o poder que lhe foi outorgado. Otávio também se refere ao dia em que devolveu ao senado e ao povo o poder que lhe havia sido concedido até o término da guerra civil, num ato que se apresenta como uma demonstração de dever cumprido e sem interesses políticos. O título “Augusto” é enaltecido sendo este a maior homenagem recebida por Otávio.

Percebemos que Augusto enfatiza o fato de ter sido o primeiro e o único a realizar diversas ações em benefício de Roma e do povo romano. Nesse sentido, podemos entender essas menções como um esforço por parte de Augusto em realçar a diferença positiva que seu governo significou para Roma e para os romanos, o que sem dúvida contribuiria para uma boa imagem sua como *princeps*. Também foi possível notar o quanto Augusto fez questão de enfatizar o fato de ter sido aceito de forma generalizada, como um governante legítimo tanto pelo povo como pelo Senado.

Ao investigarmos, porém, as *Res Gestae* em seu contexto de origem, considerando sua materialidade arqueológica, vimos que mais do que ser apenas um texto escrito por Augusto, este é também uma inscrição mandada gravar no mausoléu de Augusto e nos templos de Roma e Augusto espalhados por todo o Império, inclusive nas províncias romanas. Partindo destes pressupostos, consideramos que outras interpretações acerca deste documento são possíveis quando compreendemos esta “inscrição” inserida em um local e um contexto particular. Consideramos que Tibério, assim como o próprio Augusto e qualquer outro governante, tinha um projeto político pessoal de afirmação e legitimação do poder e, além disso, também tinha a preocupação de um projeto de sucessão imperial, preocupação esta que foi compartilhada por Augusto. Podemos sugerir também que Tibério objetivava com a exposição das *Res Gestae* propagar a imagem que Augusto construiu e expôs de sua pessoa e de seu governo ao longo do documento, pois assim estaria divulgando a “imagem do governante ideal”, criando uma “imagem institucional”, o que dava às *Res Gestae* um caráter de guia para que os sucessores de Augusto pudessem seguir, legitimando o regime do principado e afirmando a dinastia Iulia que Augusto deixou estabelecida quando nomeou Tibério, seu enteado, como seu sucessor.

Apartirdestaabordagem, podemos constatar que foi primordial a usou das fontes materiais

para que pudéssemos fazer uma reflexão sobre as interações políticas entre o governante e os governados. Isso ficou ainda mais claro quando não nos restringimos a analisar as *Res Gestae* em sua constituição textual, mas buscamos concebê-la em seu contexto de origem, voltando nossa atenção para o autor, o público ao qual se destinava e para os locais onde foram gravadas.